



1290000324



TCC/UNICAMP M813g

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINA/  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PATRICIA CRISTINA FINCATTI MOREIRA

GETÚLIO VARGAS NA ESCOLA BRASILEIRA: MATERIAIS DIDÁTICOS E CULTO À  
PERSONALIDADE NO ESTADO NOVO (1937-1945)

CAMPINAS

2002

2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PATRICIA CRISTINA FINCATTI MOREIRA

GETÚLIO VARGAS NA ESCOLA BRASILEIRA: MATERIAIS DIDÁTICOS E CULTO À  
PERSONALIDADE NO ESTADO NOVO (1937-1945)

Monografia orientada pelo prof. Dr. Dermeval Saviani e apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP em atendimento à exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Pedagogia.

CAMPINAS

2002



UNIDADE	FE
Nº CHAMADA	
TCC-UNICAMP	
M813g	
V	
TORR	324
EPD	124/2003
C	X
PRE	1100
DATA	06/01/03
Nº C. Bib	3095 120

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildeir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

M813g	Moreira, Patrícia Cristina Fincatti Getúlio Vargas na escola brasileira :materiais didáticos e culto à personalidade no Estado Novo (1937-1945) / Patrícia Cristina Fincatti Moreira. -- Campinas, SP: [s.n.], 2002.  Orientador : Demerval Saviani. Trabalho de conclusão de curso (graduação) -- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.  1. Educação -- História -- 1937-1945. I. Saviani, Demerval. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	02-246-BFE

## DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia ao Prof. Dr. Dermeval Saviani. Sua orientação – valiosa e fundamental ainda que esporádica – e a tolerância que teve às minhas limitações de tempo tornaram esta monografia possível.

## RESUMO

O presente trabalho surgiu do interesse em um dos sustentáculos do Estado Novo (1937-1945): o culto à personalidade do presidente Getúlio Vargas. Este aspecto foi estudado a partir de duas cartilhas - “Getúlio Vargas para Crianças” e “Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças” - as quais foram editadas durante o período em questão e estavam voltadas ao público infantil. A edição de ambas as obras é um exemplo da forte atuação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Tendo em vista o contexto histórico em que as cartilhas estavam inseridas, a presente monografia consiste numa análise crítica das obras “Getúlio Vargas para Crianças” e “Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças” visando a responder à seguinte indagação: qual foi a contribuição destas duas cartilhas à criação e à manutenção do culto à personalidade de Getúlio Vargas?

As obras em questão foram objeto de uma cuidadosa leitura, a qual mostrou que elas são em grande medida uma versão particular de eventos e instituições existentes durante o Estado Novo. Além disso, foi feita uma revisão bibliográfica que forneceu subsídios para a análise de conteúdo e das imagens contidas nas cartilhas em duas dimensões diferentes: 1) Os meios através dos quais se pretendia criar uma determinada imagem de Vargas, qual imagem era esta e a que interesses ela atenderia, e 2) A comparação entre o conteúdo das obras e os resultados das pesquisas históricas mais recentes - e freqüentemente de tom mais objetivo e crítico - acerca do Estado Novo.

A análise das obras revelou que ambas prestaram uma contribuição muito peculiar à manutenção ao culto à personalidade do presidente. Em primeiro lugar, as cartilhas retratam Getúlio como a figura acabada do presidente ideal, o que deixa pouca opção senão apoiá-lo incondicionalmente. Não há como prescindir de Vargas. Ao mesmo tempo, Getúlio precisa das crianças do país - especialmente aquelas em que floresce o espírito patriota e trabalhador -, pois só assim o futuro do Brasil estará seguro. Desta forma, o que se vê em ambas as cartilhas é uma tentativa de estabelecer com cada jovem leitor um acordo de confiança e apoio mútuos: o presidente faz de tudo pelo país, e à criança cabe confiar em Vargas, considera-lo um grande amigo, honrar os deveres para com a Pátria e se preciso lutar para que ele continue a poder trazer felicidade ao Brasil.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Capítulo I

AS CARTILHAS NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO

Capítulo II

GETÚLIO VARGAS PARA CRIANÇAS

1. Infância e início da vida política
2. *Uma* História do Brasil
3. A Revolução de 32
4. A instauração do Estado Novo

Capítulo III

GETÚLIO VARGAS, O AMIGO DAS CRIANÇAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Imagem de cartilha editada pelo DIP (1939)

Figura 2: Imagem de cartilha editada pelo DIP (1939)

Figura 3: Cartaz (1944)

Figura 4: BARROSO, Alfredo. **Getúlio Vargas para Crianças**. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Infantis Ltda, 1942. p. 76-7.

Figura 5: Departamento de Imprensa e Propaganda. **Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças**. Rio de Janeiro, 1940. p. 14.

Figura 6: Carimbo do Departamento de Imprensa e Propaganda presente na contracapa frontal da cartilha “Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças” (1940).

Figura 7: Capa da cartilha “Getúlio Vargas para Crianças” (1942).

Figura 8: Retrato de Oswaldo Aranha. In: BARROSO, Alfredo. **Getúlio Vargas para Crianças**. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Infantis Ltda, 1942. p. 47.

Figura 9: Retrato do General Góis Monteiro. In: BARROSO, Alfredo. **Getúlio Vargas para Crianças**. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Infantis Ltda, 1942. p. 43.

Figura 10: Desenho da conciliação entre os revolucionários. In: BARROSO, Alfredo. **Getúlio Vargas para Crianças**. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Infantis Ltda, 1942. p. 51.

Figura 11: Desenho que enaltece a Constituição de 1937. In: BARROSO, Alfredo. **Getúlio Vargas para Crianças**. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Infantis Ltda, 1942. p. 85.

Figura 12: Foto. In: Departamento de Imprensa e Propaganda. **Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças**. Rio de Janeiro, 1940. p. 2.

Figura 13: Foto. In: Departamento de Imprensa e Propaganda. **Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças**. Rio de Janeiro, 1940. p. 28.

Figura 14: Foto. In: Departamento de Imprensa e Propaganda. **Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças**. Rio de Janeiro, 1940. p. 29.

Figura 15: Foto de desfile dos integrantes da Juventude Brasileira. In: Departamento de Imprensa e Propaganda. **Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças**. Rio de Janeiro, 1940. p. 20.

Figura 16: Foto de desfile dos integrantes da Juventude Brasileira. In: Departamento de Imprensa e Propaganda. **Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças**. Rio de Janeiro, 1940. p. 13.

Figura 17: Foto de desfile dos integrantes da Juventude Brasileira. In: Departamento de Imprensa e Propaganda. **Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças**. Rio de Janeiro, 1940. p. 16.

## INTRODUÇÃO



Figura 1

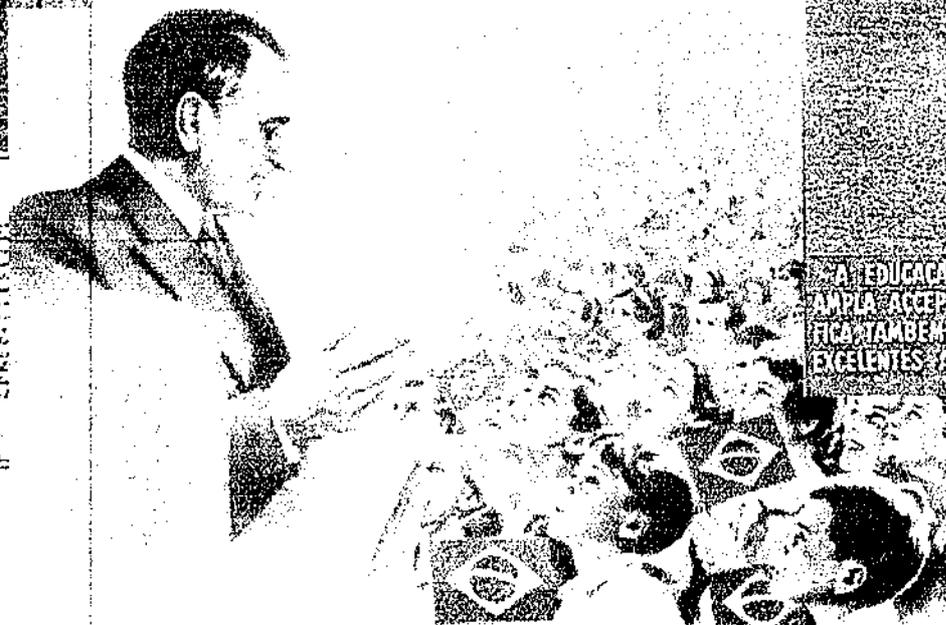


Figura 2



Figura 3

*“Era enorme o esforço desenvolvido pelas agências de propaganda e informação do regime (Estado Novo) no intuito de moldar a cabeça de Vargas, de modo a que ela fosse reveladora de facetas que escapassem da esfera do homem comum. O lado humano não era negligenciado: Vargas surge sempre sorridente, jovial, confiante. Entretanto, é mais constante nessa composição o casamento de perfis derivados da excepcionalidade de sua pessoa com os perfis de homem público, desdobrados ao político capaz e o reformador social”.*

A citação e as figuras acima me intrigaram e provocaram um interesse que culmina com esta monografia. Deparei-me com estas imagens e este trecho de “A Sacralização da Política”, de Alcir Lenharo, na oitava série do então denominado primeiro grau. Estávamos estudando o Estado Novo (1937-1945) e, como não podia deixar de ser, um dos assuntos abordados era o que se considera um dos pilares de sustentação da política desta fase da era Vargas: o culto à personalidade do governante. Viu-se, então, que fora construída uma relação

de admiração, respeito e empatia entre os diversos grupos sociais existentes e o ditador, e a solidez do apoio da população a Getúlio era surpreendente. Foram construídas imagens de Getúlio Vargas as mais diversas e que iam ao encontro dos mais distintos públicos: para as camadas populares ele era o “pai dos pobres”; para militares, o “defensor da Pátria”, e assim por diante. Um Presidente conciliava e personificava os anseios de toda uma população, mesmo quando estes eram conflitantes. Tudo isso estava inserido numa lógica mais abrangente, a qual está relacionada às peculiaridades do Estado Novo.

Durante a procura por fontes primárias que oferecessem subsídios para pesquisar a educação no período do Estado Novo, encontrei duas obras: “Getúlio Vargas para Crianças” e “Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças”. Elas não são descritas por bibliotecários e historiadores como livros, mas sim como cartilhas, de onde se depreende o uso delas nas escolas da época. Por perceber-las como fontes primárias – e portanto documentos da época – que pareciam haver sido editadas com o propósito de contribuir para difundir certos valores, elas são o objeto de pesquisa da presente monografia. Nos capítulos seguintes, buscarei elucidar suas origens e analisarei o conteúdo de cada uma delas à luz da seguinte indagação: qual a contribuição de cada uma destas duas obras ao culto à personalidade de Getúlio Vargas?

A monografia está organizada em três capítulos, cada um com as subdivisões que julguei necessárias para proceder à análise pormenorizada dos aspectos mais relevantes das obras em questão. No primeiro, denominado “As cartilhas no contexto do Estado Novo”, busco situar o leitor dentro do contexto da época, trazendo as informações necessárias para que as razões da existência de ambos os materiais sejam entendidas. Em seguida, o capítulo “Getúlio Vargas para Crianças” apresenta a cartilha, analisando seu conteúdo através de uma leitura cuidadosa que sintetizou o conteúdo explícito e tentou trazer à tona o que estava sendo dito nas entrelinhas. O capítulo “Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças” consiste na leitura da cartilha em questão. Em vista do conteúdo encontrado nas obras tentou-se, em cada um dos capítulos e nos pontos em que era pertinente, fazer uma comparação das informações encontradas com as pesquisas que dissecam e submetem o Estado Novo ao escrutínio do olhar histórico.

# CAPÍTULO I

## AS CARTILHAS NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO

Figura 4

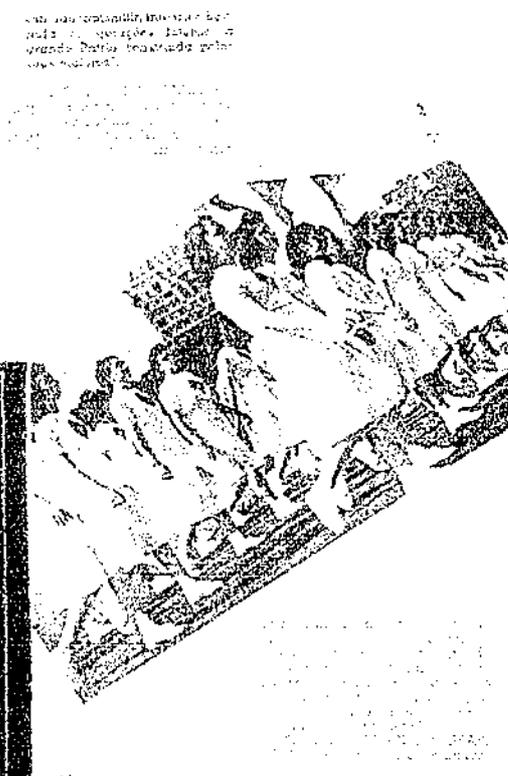


Figura 5

A ditadura do Estado Novo (1937-1945) surge da convergência dos interesses dos militares e do Presidente. Os primeiros não escondiam seu desprezo pelo Congresso Nacional desde que este suprimiu certas regalias reservadas aos militares. Prova deste sentimento é a declaração que o general Góis Monteiro, um dos chefes das Forças Armadas, dá quando perguntado sobre o que deveria ser feito caso o Congresso não apoiasse as reformas propostas pelo Governo: “dissolvê-lo”.

Getúlio Vargas, de seu lado, alimentava antigas ambições continuístas e planejava ocupar a presidência por muito tempo. Tudo de que precisava era um grupo de responsáveis pelo Golpe de Estado – papel representado de bom grado pelos militares – e de um pretexto que arrebanhasse o apoio da população ao golpe. Isto foi conseguido com a divulgação da existência do Plano Cohen, um suposto plano subversivo cujo objetivo era a implantação do Comunismo no Brasil. Na verdade, o plano fora tão-somente um exercício de imaginação por

parte dos militares, pois é um documento completamente falso. A Vargas não importava a farsa, pois o plano cumpria seus propósitos: fabricar uma atmosfera de medo e fornecer ao governo material para convencer a população de que Getúlio seria o homem certo para defender o Brasil contra os perigos da anarquia.

Dissolvido o Congresso e instaurada a ditadura, foi outorgada a Constituição “polaca” – encomendada a Francisco Campos dois anos antes do Golpe – de contornos nitidamente fascistas e diferente de todas as que o Brasil já tivera até então. Como princípios, ela proclamava a morte do Liberalismo e a inutilidade do Congresso. Punha fim ao Federalismo, que passou a ser acusado de permitir o privatismo e os localismos, obscurecendo a importância dos objetivos nacionais. Além disso, condenava todos os partidos políticos à ilegalidade.

É importante salientar que o Golpe e a conseqüente implantação da ditadura estão inseridos em um contexto internacional de descrença nos regimes democráticos liberais decorrente da extensa e profunda crise de 1929. Modelos alternativos emergiam e ganhavam força popular ao reforçarem a natureza intrinsecamente falha da democracia e ao autoproclamarem-se a solução de toda a miséria que aquela havia causado. Estava, assim, dada a oportunidade para que uma verdadeira onda de regimes fascistas efetivamente alcançassem o poder.

Esta aversão à democracia liberal também estava presente na ideologia e no discurso de estruturação e legitimação do Estado Novo. Afirmava-se que, uma vez que a República não havia conseguido até aquele momento realizar o desenvolvimento de todo o potencial brasileiro, um Estado forte era o único modelo capaz de concluir esta tarefa. É essencial, nesta lógica, o elemento nacionalista baseado na urgência de resolver o atraso e a dependência do Brasil em relação aos países desenvolvidos, pois desta forma justifica-se a existência de um aparelho estatal – identificado convenientemente com a própria idéia de Nação – e realizador absoluto do bem nacional. Criam-se, assim, as bases ideológicas para legitimar um Estado centralizador, interventor e autoritário.

A identificação do Estado com a nação estendia-se à figura do governante, e assim Vargas reivindica para si a função de levar o país, por seu próprio esforço, ao cumprimento dos “designios universais de Nação”. Era necessário, então, gerar condições para que houvesse uma sólida identificação pessoal da figura de Getúlio com o Brasil. Tal necessidade viria a ser

preenchida pelo uso de práticas autoritárias novas dentro da cultura política brasileira: a propaganda e a educação. O exemplo mais contundente do uso destas práticas – e que merece um olhar demorado – é o órgão criado para controlar e coordenar a comunicação social: o Departamento de Imprensa e Propaganda.

A existência do Estado Novo representava a supressão da pluralidade, até mesmo no âmbito da estrutura política do país. A ditadura instituiu um governo cuja característica mais marcante era a supremacia do Poder Executivo em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário. Tinha, portanto, caráter fortemente autoritário, centralizador e anti-liberal. Sua existência era justificada a partir da afirmativa de que nenhum governo brasileiro até o momento havia conseguido guindar a Nação à condição de país desenvolvido, e isto mostra outro elemento fundamental do Estado Novo: o nacionalismo. De acordo com esta lógica, o Estado passava a identificar-se como o realizador do bem nacional, pressuposto este que servia de argumento para legitimar qualquer ação tomada pelo governo. Era necessário, contudo, que houvesse unidade nacional em torno da idéia de que o país seria administrado por um homem-forte.

Para obter este consenso, práticas autoritárias foram criadas e incrementadas, tendo sido introduzidas a propaganda e a educação como meios para garantir a legitimação do Estado. A censura aos meios de comunicação adquiria uma importância sem precedentes, ao mesmo tempo em que se bombardeava a população com mensagens diretas ou indiretas que alardeavam e exaltavam os valores interessantes ao Estado: a solidez da família nuclear, a ética cristã, o nacionalismo, o caráter irretocável de Getúlio Vargas, a valorização do trabalho e o produtivismo. Em 1939 é criado o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, cuja estrutura foi inspirada no Ministério da Propaganda existente na Alemanha nazista. O Departamento era um importante sustentáculo do Estado Novo, e sua centralidade na organização do regime é percebida por seu posicionamento na estrutura governamental e por suas atribuições:

*“O DIP era subordinado diretamente ao Presidente da República, com funções bastante amplas. Suas atribuições eram de coordenação, superintendência, orientação, auxílio e estímulo de: censura, propaganda nacional interna e externa, informações, turismo, manifestações artísticas em geral, manifestações cívicas, festas populares, concertos, conferências, exposições”.* (GARCIA, 1982: 100)

A abrangência de seu campo de atuação e a necessidade de uma censura direta e irrestrita aos meios de comunicação – em especial à imprensa falada e escrita – fizeram do DIP uma espécie de “superministério”, sem o qual a legitimação e manutenção do Estado Novo não teriam sido minimamente possíveis. O DIP era, então, o instrumento oficial de coerção e imposição ideológica, e articulava dois tipos de discurso: um de cunho populista que atingisse as classes trabalhadoras e outro de cunho político e filosófico destinado às classes dominantes. O primeiro procurava negar a problemática dos conflitos entre classes e afirmar a importância do Estado como salvaguarda dos benefícios e recompensas merecidos após tanto esforço. Vargas era, de acordo com este raciocínio, o pai onipresente e onipotente, compreensivo e atento às necessidades do trabalhador. Todas as hierarquias que existiam no mundo do trabalho desapareciam e, assim, superiores e subalternos uniam-se e igualavam-se na mesma categoria: trabalhadores que se esforçam em prol de um Brasil melhor. O trabalho, não importando sua natureza, condições ou remuneração, aparecia como fator indispensável à dignidade humana. Por vezes, elementos do saber popular freqüentavam as falas de Vargas e a propaganda, possibilitando a compreensão e o reconhecimento do receptor no discurso oficial.

O segundo tipo de discurso visava a neutralização da oposição das oligarquias agrárias e das classes médias e também a reafirmação do caráter inofensivo das práticas populistas no tocante à manutenção do capitalismo. Eram ressaltados a natureza inovadora do regime e seu compromisso com os interesses do capital.

Desta forma, justificava-se de diferentes maneiras e para diferentes públicos o intenso intervencionismo: se, para as classes populares representava a possibilidade de uma distribuição justa da renda nacional, às classes dominantes significava a preservação da iniciativa privada. Para atingir a todas as classes sociais, utilizava-se de meios de comunicação diferentes que, obviamente, veiculavam discursos de naturezas distintas. Aqui segue um quadro sintético dos dois níveis de atuação:

Público alvo	Objetivo	Veículos utilizados
Classes populares e médias	Popularizar o regime e a figura do presidente	Jornalismo impresso e rádio Ex: “A Hora do Brasil”
Classes dominantes e profissionais liberais	Organizar o pensamento político-filosófico do regime	Livros e revistas Ex: revista “Cultura Política”

A censura a todos os tipos de imprensa era de natureza ampla e ao mesmo tempo minuciosa. O controle era reforçado pelas subvenções e pelos financiamentos aos veículos de imprensa. Boletins eram divulgados listando os assuntos proibidos, multas e suspensões eram aplicadas e a censura dava-se numa regularidade diária. É importante ressaltar que, além da censura de veto a determinados assuntos, existia também uma censura que violava a ética do jornalismo, pois alterava fatos, limitava histórias ou direcionava matérias de acordo com a repercussão almejada. Assim, a produção jornalística não era somente tolhida em sua liberdade de expressão, mas também obrigada a falsear a verdade em nome da ditadura.

É nesta época que surge uma máquina estatal formada por várias agências nacionais de controle do sistema educacional. A amplitude desta verdadeira máquina de controle ideológico está assim relatada por Silvana Goulart em sua obra “Sob a Verdade Oficial”:

*“Ao longo dos anos 30 e 40, a vertente cultural do Ministério da Educação incluía diversas instituições, como: o Instituto Nacional do Livro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Serviço Nacional de Teatro, o Serviço da Radiodifusão Educativa, a Casa de Rui Barbosa, a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, o Museu de Belas Artes, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Instituto Nacional do Livro Didático. Para cuidar especificamente da educação, foram criados o Conselho Nacional de Cultura – base da organização do ensino primário e do plano de combate ao analfabetismo – , o Instituto Nacional de Educação – órgão administrativo do ensino primário, comercial, doméstico, secundário e superior – e o Instituto Nacional de Pedagogia.” (1991, p. 31, grifos meus)*

Quanto aos livros didáticos, o Decreto-lei 1006 de 30/12/1938 é o primeiro a definir suas características e funções, passando a ser entendido como compêndios que exponham a matéria das disciplinas escolares e/ou livros de leitura para os alunos em aula. O mesmo decreto cria a já mencionada Comissão Nacional do Livro Didático. Segundo o que afirma Barbara Freitag em sua obra “O Livro Didático em Questão”, “cabia a essa comissão examinar e julgar os livros didáticos, indicar livros de valor para tradução e sugerir abertura de concurso para produção de determinadas espécies de livros didáticos ainda não existentes no país.” (1989, p.13).

De fato, haver encontrado materiais como as cartilhas que constituem objeto de pesquisa desta monografia evidencia que a escola era um dos veículos preferenciais para a difusão de valores interessantes ao Estado, por razões que certamente relacionam-se à possibilidade de inculcar idéias num fluxo contínuo – ir à escola é uma atividade cotidiana – e

de longa duração -- a educação das crianças que podiam permanecer na escola e completar todos os ciclos levava pouco mais do que uma década. A importância da escola fica clara quando analisa-se a Constituição de 37: esta reafirmava princípios da anterior (que data de 1934), dentre os quais figurava a necessidade de elaborar um Plano Nacional de Educação que coordenasse a atividade educativa em todos os seus níveis. O ensino primário é declarado gratuito e obrigatório, e a educação religiosa passa a ser facultativa. As inovações trazidas pela polaca são a criação do ensino profissional para “as classes menos favorecidas” e a inclusão das disciplinas de moral e política. Segundo Barbara Freitag, neste momento fica clara uma

*“(...) tomada de consciência por parte da sociedade política, da importância estratégica do sistema educacional para assegurar e consolidar as mudanças estruturais ocorridas tanto na infra como na superestrutura. Por esta razão a jurisdição estatal passa a regulamentar a organização e o funcionamento do sistema educacional, submetendo-o, assim, ao seu controle direto (...)” (FREITAG, 1980: 51-2)*

Entende-se então que Vargas realmente percebia as vantagens de educar para o regime, e dedicava-se significativa parcela de seu tempo a tecer considerações sobre a infância, definir o papel dos jovens no progresso do país e estabelecer uma relação direta com as crianças, ao menos aquelas que freqüentavam as escolas existentes.

Dado o contexto em que se inserem, cabe agora apresentar as obras que constituem objeto de análise desta monografia: ambos os materiais foram encontrados quase que acidentalmente durante visita ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), a qual tinha o intuito de levantar e coletar documentos a respeito da corrente pedagógica denominada Escola Nova para dar prosseguimento ao projeto “História das Idéias Pedagógicas no Brasil”, coordenado pelo prof Dr. Dermeval Saviani (Unicamp). Uma vez que já existia o interesse em estudar o Estado Novo sob os aspectos da manipulação dos meios de comunicação e do culto à personalidade de Vargas, a escolha das obras como objeto de estudo foi uma consequência natural e óbvia. Até mesmo numa análise superficial, sua função de fazer a apologia ao Presidente saltava aos olhos. Outro dado que selou meu interesse foi a data de publicação de cada uma delas: a cartilha “Getúlio Vargas para Crianças” data de 1942, e a “Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças” havia sido editada em Novembro de 1940. Isto as situava não só no contexto do Estado Novo, mas numa fase em

que a estrutura que mantinha Vargas no poder já estava criada e funcionava a todo vapor. Estabelecido o objeto, restava responder a algumas perguntas sobre as obras: a quem elas eram endereçadas? Por quem haviam sido publicadas? O que exatamente pretendiam os responsáveis pela edição delas?

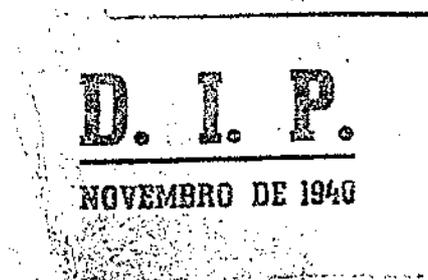
Não foi possível dimensionar com precisão qual o uso específico das cartilhas e o público por elas alcançado, uma vez que obras desta natureza têm sua história intrinsecamente ligada aos indivíduos que as manusearam, não havendo documentos da época em que constem registros formais da criação das duas obras, da definição de seus objetivos e de seu público-alvo. É possível, contudo, analisar a existência delas dentro do contexto da época, interpretar alguns indícios e, desta forma, definir os objetivos e o uso das obras.

Um importante dado é a criação do Instituto Nacional do Livro, a qual data de 1937. Uma das atribuições do INL, a qual consta no Decreto-Lei que o criou, era editar obras que fossem consideradas de interesse para a cultura nacional”. Contudo, leituras apontam que o INL dedicava-se principalmente à abertura de bibliotecas e à catalogação das obras produzidas no país. A edição de obras escritas era responsabilidade do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), e por isso tudo fui levada a crer que as cartilhas foram elaboradas e editadas diretamente pelo Departamento.

Figura 6

O fato de o DIP ser o órgão responsável pela edição de livros e a presença do carimbo do Departamento na contracapa da cartilha “Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças” não deixaram dúvidas: as obras foram criadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Neste

contexto tão peculiar, a procedência das cartilhas define a finalidade delas: dentro da estrutura criada para garantir a legitimação do estado Novo através da manipulação da opinião pública e do culto à personalidade de Vargas, as cartilhas eram obras apologéticas dedicadas a formar a opinião das crianças que teriam contato com estes materiais. A análise pormenorizada de cada uma das cartilhas, à qual dedico-me nos próximos dois capítulos desta monografia, mostra como se construía a propaganda de Getúlio Vargas e do Estado Novo para o público infantil, e também procura esclarecer, como foi explicitado na Introdução desta monografia, qual a contribuição específica de cada uma das obras ao culto à personalidade de Vargas.



CAPÍTULO II  
GETÚLIO VARGAS PARA CRIANÇAS



Figura 7

*“Sendo simples até não mais poder, Getúlio Vargas é a bondade em pessoa. Jamais soube o que fosse um gesto mau (...) Ouve a todos, atende a todos, na medida do possível, consultando ao mesmo tempo os interesses dos humildes e os interesses do país. Corajoso e decidido, tem Getúlio Vargas a bondade que só os homens fortes alimentam em sua alma” (BARROSO, 1942: 110).*

*“O retrato de Getúlio Vargas até 1930 está quase completo. Poucas foram as mudanças e surpresas vistas nos 24 anos seguintes que não tenham revelado no período de formação. Vargas foi condicionado e educado para viver praticamente qualquer nível de experiência política no Brasil. Pragmático e nada romântico no que se refere ao processo político, parecia alimentar poucas ilusões sobre o contexto político do Brasil. Ele tinha sido preparado numa atmosfera política que compreendia o uso do poder”.*  
*(ROSE, 2001: 28)*

A cartilha “Getúlio Vargas Para Crianças”, escrita por Alfredo Barroso, ilustrada por Francisco Dias da Silva e editada em 1942, pretendia-se, como atesta sua introdução, servir de “roteiro para a Juventude Brasileira”. O material tem formato de fácil manuseio por crianças: é uma encadernação pequena (12 cm de altura X 11 cm de largura), é rica em ilustrações e o texto, ainda que marcado por um tom demasiado formal para uma publicação infantil, é de fácil compreensão. Só posso atribuir a formalidade do texto e a escolha de palavras rebuscadas à importância que se pretendia imprimir à mensagem veiculada, como se houvesse uma

valoração quantitativa implícita que atestava que quanto mais séria e verdadeira fosse determinada mensagem, mais formal e reverente seria o registro linguístico.

A cartilha tem 112 páginas, e seu conteúdo dedica-se a traçar a biografia de Getúlio Vargas, a contar como se deu sua escalada ao posto de Presidente do Brasil e também a descrever sua trajetória na presidência do país até aquele momento. Assim, tem-se informações sobre o Governo Provisório, a Revolução Constitucionalista de 32, a Constituição de 1934 e a instauração do Estado Novo. É interessante perceber que, de acordo com a cartilha e até devido a seu tema central, toda a História brasileira parece girar em torno quase que exclusivamente da personalidade de Vargas. Esta personalidade, por sinal, é cuidadosamente construída ao longo da obra, no que pode ser interpretado como um sutil e sofisticado exercício de doutrinação através do livro didático. Sobre este potencial de doutrinação, vale lembrar as considerações de Maria de Lourdes Nosella acerca da eficácia da transmissão de valores através do livro didático, presentes em sua obra “As Belas Mentiras”: “O problema da transmissão da ideologia dominante, por meio de textos de leitura (...), é grave e importante, levando-se em consideração a postura acrítica dos receptores dessas mensagens (...)” (NOSELLA, 1981, p. 12)

### 1. Infância e início da vida política

A obra começa narrando a infância de Getúlio. Aqui, todas as referências que cercaram essa fase da vida de Vargas são descritas de modo a enaltecer qualidades abstratas como a força, a grandeza e o heroísmo. O Estado do Rio Grande do Sul é retratado como nada menos que um celeiro que traz ao mundo grandes homens; seu pai, o general Manuel Vargas, adquire na cartilha traços de firmeza, audácia e coragem. De acordo com o tom geral do capítulo, todo este ambiente não poderia resultar em outra coisa senão num Getúlio honesto, inteligente, bom, disciplinado e ordeiro. Mais do que isso, o que se lê é uma biografia que leva a crer que Vargas preparara-se toda a sua vida para a Presidência, tão fortes e freqüentes são as referências à predestinação. Isto é evidente na narração do episódio da participação de Vargas na revolução Assis Brasil:

*“A fibra militar do General Vargas [alusão ao pai de Getúlio], entretanto, teria, em 1923, ocasião de ser experimentada na pessoa de Getúlio Vargas. Nesse ano, irrompendo a revolução de Assis Brasil, coube ao filho do General a organização de um corpo de combatentes, o 7º Provisório. A organização*

*transcorreu em perfeita normalidade, tendo Getúlio Vargas assumido o comando da unidade com a patente de tenente-coronel. As qualidades de organização e comando revelaram-se, então, na pessoa de Getúlio Vargas, extremamente apuradas. A sorte destinava-o a maiores obras de organização e de comando em futuro não muito remoto.” (BARROSO, 1942: 26)*

O relato da trajetória política de Getúlio até a presidência é povoada de elogios à aptidão deste para exercer papéis de destaque no poder público, a qual fundamentava-se não só na inteligência, mas principalmente na preocupação com o futuro da Nação e na intensa preparação para assumir o poder. Entretanto, há um contraste gritante entre o conteúdo da cartilha e as pesquisas mais recentes em torno das reais forças subjacentes à ascensão de Vargas. “Uma das Coisas Esquecidas”, do historiador norte-americano R. S. Rose, é um relato de fatos da época até então desconhecidos – o pesquisador foi o primeiro a ter acesso aos arquivos do antigo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) carioca. Rose, ao discorrer sobre a vida de Vargas antes da presidência, revela que sua carreira política foi marcada pela influência do pai (Getúlio foi “eleito” em 1909 para a Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul), do governador gaúcho Borges de Medeiros, pelas atuações ligadas aos interesses daqueles que o haviam alçado ao poder e sobretudo pela mediocridade. À época de seu mandato como deputado federal, cargo conseguido como demonstração da gratidão de Borges de Medeiros pelo fato de Getúlio haver fraudado as eleições estaduais,

*(...) Vargas foi imediatamente despachado para a capital do país, onde sua principal tarefa seria impedir que houvesse alguma intervenção militar das forças governamentais no Rio Grande do Sul. No que foi bem-sucedido, assim como em outras atividades, entre as quais a de servir como membro insignificante da comissão de finanças da Câmara dos Deputados (...).” (BARROSO, 1942: 27)*

Percebe-se então que a cartilha “Getúlio Vargas para Crianças” não é a biografia do presidente; é *uma* biografia, já que as evidências das pesquisas mais recentes mostram que Getúlio, em verdade, era um político hábil e manipulador, que se aliava ao partido ou figura política que representasse garantias de poder.

## 2. Uma História do Brasil

Além de constituir uma biografia no mínimo tendenciosa, a cartilha também parece ter a pretensão de ser um livro de História do Brasil para crianças, apresentando uma versão

particular dos fatos a qual é marcada pela superficialidade e, como dito anteriormente, a centralidade da figura de Vargas no curso dos acontecimentos mais relevantes da época. Os episódios que precedem a instalação do Governo Provisório de 1930 – a eleição presidencial, o assassinato de João Pessoa, a Revolução de 30 e a deposição de Washington Luís – são relatados de forma rasa e romantizada, dando ao leitor a impressão de que Getúlio havia sido levado ao poder por forças populares e pelo bom senso de seus companheiros de

“conspiração”. Aqui, a imagem que fica é a de que toda a árdua preparação de Vargas havia sido recompensada, pois este havia sido reconhecido e convocado a ser a força renovadora e moralizadora do Brasil, tal como um salvador da Pátria. A atuação de Getúlio durante esse processo de chegada ao comando do país não é sequer mencionada, fato que obscurece a sede do ditador pelo poder e serve para retrata-lo como um homem que, apesar de extremo; Figura 9 capacitado para exercer o cargo, não tinha o mínimo interesse nele. Sobressaem-se nestes trechos as figuras de Oswaldo Aranha, descrito como o principal articulador do movimento de renovação e co-responsável pela decisão de que Getúlio seria apontado a ocupar o Palácio do Catete, e do General Góis Monteiro, a quem se refere como o chefe do Estado-Maior durante a Revolução.

Sabe-se que os papéis não eram exatamente esses. Os bastidores da Revolução de 30 mostram um Getúlio diretamente envolvido, decidido a chegar à presidência a qualquer custo e convencido por Oswaldo Aranha – conselheiro influente e tão ambicioso quanto o futuro presidente – a contratar algum guerrilheiro da Coluna Prestes para preparar e liderar uma revolta da Aliança Liberal contra Washington Luís. A tentativa de contratar Luís Carlos Prestes havia falhado, mas



Dr. Oswaldo Aranha



General Pedro Aurélio de Góis Monteiro

*"(...) Aranha não era homem de ser dissuadido. Se Luis Carlos Prestes não aderisse, outro o faria. Oswaldo acabou chegando a um acordo com um corpulento tenente-coronel e ex-combatente opositor da Coluna Invicta. O oficial que fora escolhido a dedo chegou a ganhar de um crítico o apelido de 'Gás Morteiro'. Pedro Aurélio de Góis Monteiro lideraria o setor militar da luta (...)" (ROSE, 2001: 33).*

### 3. A Revolução de 32

Figura 10

De acordo com a cartilha, que relata os primeiros anos do Governo Provisório num capítulo intitulado "A Reconstrução do Brasil", Getúlio sabia o que fazer para colocar o país no caminho do progresso, e "deu uma atmosfera nova ao Brasil" (p. 50). O problema é que os políticos carcomidos não queriam o desenvolvimento da Nação, e tentavam perturbar a ordem através de agitações e conspirações. Uma destas foi a Revolução Constitucionalista de 1932, a qual foi sufocada por Vargas com o apoio do exército e da opinião pública. Com a vitória do Governo, o presidente promoveu a confraternização de todos os envolvidos, e o Brasil seguiu unido em sua marcha rumo à realização de seus altos destinos. Repressão, tortura, prisões e censura à imprensa não constam da cartilha.



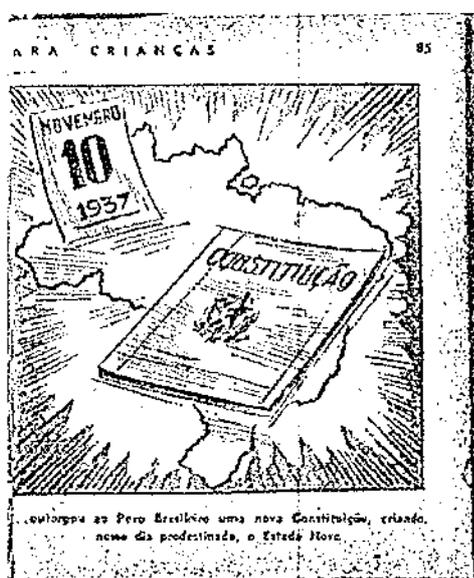
A historiografia que se ocupa dos fatos que culminaram com a Revolução de 32 conta uma versão diferente. Leôncio Basbaum, em sua obra "História Sincera da República", relata que em 1931 e 32 o Brasil não respirava ares tão novos assim, e que a opinião pública não assistia a tudo calada:

*"Assim terminava o primeiro ano do governo revolucionário: sob o signo do desemprego, da fome, das desilusões, das conspirações, das prisões e dos desterros, ao mesmo tempo em que se levantava em toda a imprensa uma campanha de críticas violentas e agressivas, apesar da censura, contra o governo e principalmente o presidente provisório Getúlio Vargas (...)" (BASBAUM, 1985: 35)*

A natureza ditatorial do Governo Provisório colecionava opositores não só no estado de São Paulo, mas em todo o Brasil. Borges de Medeiros, cacique político do Rio Grande do Sul e grande responsável pela carreira de Vargas, mostrava-se insatisfeito com seu pupilo. A Revolução, capitaneada pela elite cafeeira de São Paulo, fora motivada pelo revanchismo daqueles que detinham o poder antes do Governo Provisório e não se conformavam com a ascensão de Getúlio. Este, por sua vez, ao ver que uma guerra civil estava iminente e que os incitadores dela eram uma elite da qual dependia o desempenho econômico do país – o café ainda era a principal matéria-prima e produto de exportação – adotou uma conveniente postura apaziguadora e conciliadora. Entretanto, ao mesmo tempo em que se dizia disposto a esquecer os ressentimentos e a “perdoar” os revolucionários, Vargas ordenou que os agitadores fossem presos e levados aos porões do navio Pedro I ou a prisões situadas em ilhas, tais como a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande.

Em tempo: a rebelião de Novembro de 1935 e a ANL (Aliança Nacional Libertadora) sequer são mencionadas ao longo da cartilha.

Figura 11



#### 4. A instauração do Estado Novo

*“(...) Mas a Constituição de 1934 não preencheria os seus fins e a agitação das idéias voltaria a ameaçar a tranquilidade nacional.”*  
(BARROSO, 1942: 76)

*“Os agitadores, os mercenários a soldo de ideais estranhos, os sempátria e os aproveitadores de todas as situações começaram a perturbar o ambiente da pátria com os seus movimentos desagregadores e dissolventes. Inimigos de Deus, inimigos do Brasil e inimigos da Família Brasileira começaram a pregar, em associações supostamente nacionais, idéias que punham em perigo a garantia da ordem e a estabilidade de nossas instituições. Essa agitação visava a obtenção do poder, com o fim de transformar o Brasil em um país de opressão e*

*miséria, em que as liberdades percessem e o trabalho passasse à escravidão”* (BARROSO, 1942: 78)

Com estas passagens a cartilha justifica para o leitor a outorga do Estado Novo, o qual surge, de acordo com este raciocínio, sob o signo da agitação política – que neste contexto

corresponde a uma fictícia ameaça comunista. Vargas, como defensor atento dos interesses nacionais, não só enxergava com clareza tudo o que estava acontecendo no cenário político da época, mas também se esforçava em criar soluções para as crises que acometiam o Brasil e impediam seu progresso. A outorga da Constituição “polaca” de 1937, por exemplo, deu-se apenas pelo fato de Getúlio estar “horrorizado pela demagogia crescente do Poder Legislativo e verificando os maus rumos da campanha de sucessão presidencial”. (BARROSO, 1942: 84)

No que tange à análise do conteúdo deste curto capítulo, percebe-se deste ponto em diante como se estrutura a estratégia do autor da cartilha para validar o Estado Novo e as ações de Vargas: nos capítulos iniciais, a narração da infância e da ascensão de Getúlio constrói a imagem de político trabalhador, dedicado, capacitado, inteligente e predestinado à liderança do país. Num segundo momento, o relato do governo de Vargas aproveita-se do perfil criado anteriormente para justificar todas as arbitrariedades cometidas durante o Estado Novo. Desta forma, o leitor tem uma certeza: a de que o Brasil estava em boas mãos, já que qualquer decisão de Getúlio seria fruto de uma análise cuidadosa a respeito do que seria o melhor para o progresso do país.

A instauração do Estado Novo representa, na versão particular que é apresentada nesta cartilha, um alívio, pois finda a agitação política Vargas teria tranquilidade para trabalhar. Como não poderia deixar de ser, a população viu os benefícios desta calma política, e passou a apoiar ainda mais o presidente.

A descrição aí contida obscurece fatos e fornece uma versão parcial e simplista da realidade da época. O descontentamento com a natureza centralizadora e as cores totalitárias do regime instaurado não só se mantinha como crescia. Era necessário conter não só os agitadores, mas também refrear o entusiasmo da AIB – Ação Integralista Brasileira, entidade notadamente identificada com o fascismo italiano – face às semelhanças entre o Estado Novo e os regimes autoritários europeus. O atentado de 1938 ao Palácio do Catete – não mencionado na cartilha –, apesar de haver constituído um esforço marcado por sua patética desorganização, ensejou uma onda de prisões, interrogatórios, sessões de tortura e exílios. Foi criada uma força especial, o Quadro Móvel, especializada em vasculhar correspondências, telefonemas e conversas. Conseqüentemente,

*“pessoas que haviam sido denunciadas, outras de quem se dizia terem feito comentários ilegais, ou outras já procuradas pelo Quadro Móvel somavam-se às que tinham sido introduzidas nos horrores da delegacia*

*da Polícia Central, cuja fama era a de ter ficado mais tenebrosa com o Estado Novo. Junto com um ou outro camisa-verde [designação dada aos membros da AIB], até crianças participavam dos gritos e das torturas. Os processos de alguns presos, tanto adultos como provavelmente mais de uma criança, eram resolvidos rapidamente. Eles se viam metidos a bordo de uma lancha a motor, levados para o mar e acabavam como alimento para os tubarões". (ROSE, 2001: 171)*

Como se vê, a calma não era tão espontânea e absoluta como a cartilha fez seus pequenos leitores crerem. A atmosfera era a de um terror sufocado pelas ameaças de desaparecimento e morte.



Figura 12

### CAPÍTULO III GETÚLIO VARGAS, O AMIGO DAS CRIANÇAS

*“É preciso plasmar na cera virgem, que é a alma da criança, a alma da própria Pátria”. (DIP, 1940: 1)*

Se a cartilha “Getúlio Vargas para Crianças” apresentava uma versão muito particular da História do Brasil, a obra “Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças” tem outra

finalidade: servir como material de propaganda. A citação acima – tirada logo da página 1 – diz o que se pretende: moldar, doutrinar e garantir homogeneidade de pensamento nas gerações que estavam em formação.

O material data de 1940, tem 32 páginas, 27 cm de altura e 19 cm de largura. Não há qualquer dado sobre a autoria da obra, por isso só posso defini-la como documento do DIP. Há uma clara primazia da imagem sobre o conteúdo: há 45 fotos ao longo da cartilha; nenhuma é acompanhada de legenda. A linguagem é bastante acessível, e o registro assemelha-se ao de uma fala adulta dirigida às crianças. Presumivelmente, o assunto desta conversa é Getúlio Vargas e seu Estado Novo.

A cartilha começa com uma argumentação que visa convencer o leitor de que Vargas ama as crianças, e a isso se segue um raciocínio que chega à conclusão de que o amor do presidente é um atestado de seu patriotismo. Isso porque ao amparar as crianças, garantir que todas tenham saúde e educação e que cresçam para ser adultos que engrandecem a



Figura 13

Pátria com seu trabalho, Getúlio está zelando pelo futuro do país. Naturalmente, às crianças cabem duas coisas: cultivar o sentimento de nacionalismo – pois só amando a Pátria poderão cumprir sua tarefa de elevar o Brasil ao atingimento de seus altos destinos – e reverenciar Getúlio Vargas, já que este é o responsável por todo o progresso do Brasil e pelo cuidado do governo federal com os assuntos relativos à infância.

Uma vez estabelecido que Vargas é um líder consciente dos problemas do povo e empenhado em resolvê-los, são listadas todas as iniciativas e realizações do presidente em favor da maternidade e da criança durante o período do Estado Novo – cujo “advento” é tratado como um divisor de águas. É enaltecida a criação do Departamento Nacional da Criança, “órgão digno de todos os aplausos e que vem confirmar, mais uma vez, o carinho e a esperança que deposita nos pequenos seres que função tão preponderante terão de desempenhar num amanhã não muito distante (p. 4)”. Suas atribuições são arroladas, deixando claro que o Departamento será a solução para os problemas da maternidade, da infância e da adolescência.

Depois desta breve apologia ao Departamento Nacional da Criança, a obra dedica-se a refletir sobre um “magno problema (p. 8)” resolvido com o Estado Novo: a falta de unidade nacional. Discorre-se sobre os malefícios do regionalismo sobre a formação das crianças, já que

*“As crianças não recebiam nas escolas a noção perfeita do Brasil brasileiro, grande e belo na sua extensão territorial sem fronteiras internas, igual a si mesmo, tanto nos pampas como no Amazonas. (...) As bandeiras estaduais que panejavam sobre a cabeça das crianças nos desfiles festivos, eram outro fator de desagregação. (...) A alma da criança, essa cera sensível como a chamou o Presidente Getúlio Vargas se plasmavam somente as vozes e as expressões regionais, e o Brasil imenso ia ficando esquecido. (...) tudo se plasmava, menos o verde-amarelo do nosso pavilhão! (DIP, 1940: 8)”*

Percebe-se nesse trecho uma referência velada – e uma justificativa – à solenidade ocorrida em 4 de Dezembro de 1937 em que foram queimados



todas as bandeiras e os símbolos estaduais. Para as crianças, o fim do Federalismo, que em verdade constitui mais uma arbitrariedade de Vargas que visava a centralização do estado em sua figura – é tido como uma etapa necessária ao progresso, já que a partir de 37 todos os brasileiros viram-se trabalhando por um só ideal.

Além da construção de uma imagem parcial a respeito de Vargas como patriota inveterado, acontece algo semelhante ao que foi visto na cartilha “Getúlio Vargas para Crianças”: ele é retratado como homem simples, que se aproxima do povo sem afetações e sem cerimônia. Há na obra relatos de ocasiões em que Getúlio, já presidente, pôs-se a conversar demoradamente com crianças que brincavam nas ruas, e é ressaltado que elas passavam a gostar dele ao final da conversa pelo fato de ele não ter pose. Numa análise particular, penso que esta estratégia de propagandear o presidente como um homem do povo desdobra-se em dois efeitos: ao mesmo tempo em que cola a imagem de Getúlio à de uma pessoa comum, faz com que as camadas populares, face à inédita aproximação de um presidente com o povo, considerem-no um líder extraordinário, alguém único e insubstituível. Assim, paradoxalmente, a beatificação de Vargas fica garantida a partir de uma falsa identificação deste com o povo.

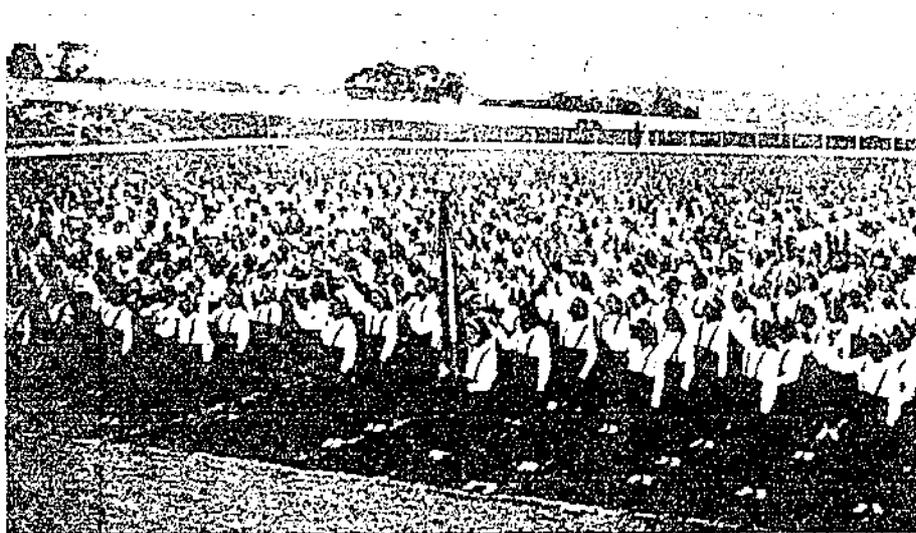


Figura 15

A cartilha propagandeia não só Vargas, mas também a Juventude Brasileira. A criação da entidade é assim justificada:

*“O Estado Novo que, no presente, cuida da grandeza futura do Brasil, não podia permitir que a mocidade continuasse à margem da vida do País, inteiramente alheia a todas as realizações patrióticas que vem*

*executando. Urgia fornecer-lhe recursos para a sua preparação a fim de prepara-la para cumprir a alta missão que lhe estava reservada. Para tanto, o Presidente Getúlio Vargas concebeu a idéia soberba, a idéia de impressionante sentido construtor, de fundar a JUVENTUDE BRASILEIRA” (DIP, 1940: 12)*

A Juventude Brasileira pode ser definida como um movimento de caráter cívico que pretendia mobilizar os jovens brasileiros, inculcando neles valores nacionalistas, estimulando o amor à bandeira e aos símbolos nacionais e também o senso de dever cívico. A citação presente na cartilha, contudo, obscurece e distorce a história que existe por detrás do surgimento do movimento. Sabidamente, o primeiro projeto acabado de criação de uma organização da juventude foi patrocinado pelo ministro da Justiça Francisco Campos. Segundo esse projeto inicial, a Organização Nacional da Juventude seria uma instituição de âmbito



Figura 16

nacional e caráter paramilitar, nos moldes das organizações similares então existentes nos países fascistas. O projeto de Francisco Campos determinava ainda que todas as instituições de educação cívica, moral e física existentes no país deveriam se incorporar e subordinar à organização, que dessa forma já nasceria com grande potencial mobilizador.

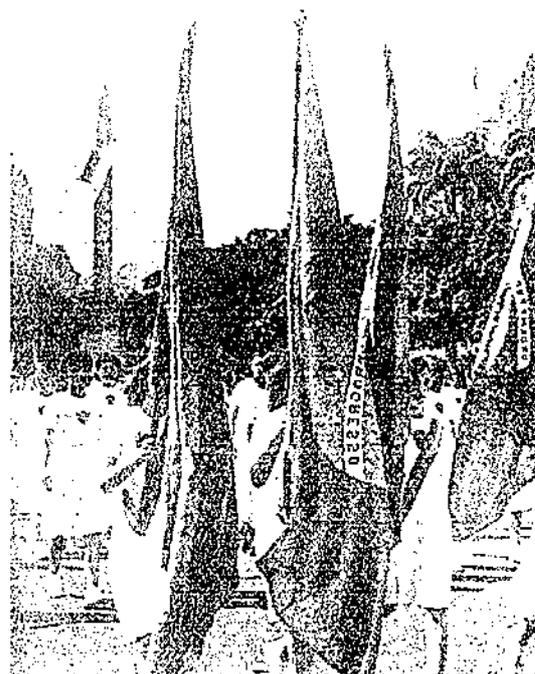
Esse projeto, porém, foi duramente combatido no interior do próprio governo. O ministro da Guerra, general Eurico Dutra, por exemplo, contrariado com o caráter paramilitar previsto para a organização, denunciou a inspiração externa do projeto, estranha às tradições do Brasil. Com adversários desse porte, o projeto foi sucessivamente reformulado, absorvendo contribuições decisivas de Gustavo Capanema, ministro da Educação. Na versão final, a organização desfez-se de qualquer traço que a fizesse parecer uma milícia, mantendo-se apenas como um movimento de caráter cívico, voltado para o culto dos símbolos nacionais. Foi com essas características que foi criado, em março de 1940, o movimento da Juventude Brasileira.

Deste movimento faziam parte, obrigatoriamente, todos os jovens matriculados em estabelecimentos de ensino oficiais. Apesar de ser retratada na cartilha como “uma alta honra” (p. 22) e passar para o leitor a impressão de que o movimento era algo de extrema grandeza, a

Juventude Brasileira foi um movimento de curta duração, tendo existido por apenas dois anos. Isto se deve ao fato de que não se conseguiu dissociar o produto final do projeto de Francisco Campos do modelo fascista que inspirou a idéia de fundar a Organização da Juventude Brasileira, e é bem possível que Vargas e alguns membros do governo que simpatizavam com os regimes autoritários existentes na Europa acreditassem que a Juventude Brasileira não preenchia seu propósito mais importante, o de preparar os jovens para defender a pátria. Como a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942 ao lado dos aliados exigia que o Estado Novo desse fim às ambigüidades e ao namoro com as ditaduras do Eixo, a Juventude Brasileira passou a não ter qualquer finalidade, além de representar uma organização parecida com as existentes na Alemanha e na Itália.

Apesar de sua curta vida, a Juventude Brasileira foi mais um esforço de convencimento, doutrinação e cooptação de uma faixa etária cuja passividade e apoio ao governo seriam úteis no futuro. Vargas e seus assessores, pensando na legitimação e na perpetuação do Estado Novo, trabalharam intensamente para que se conseguisse formar a opinião das crianças e jovens na direção da identificação com os valores interessantes ao governo e da admiração à pessoa de Getúlio. A cartilha “Getúlio Vargas, Amigo das Crianças” é apenas mais uma peça nesse complexo quebra-cabeça.

Figura 17



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas páginas de ambas as obras analisadas não foram citadas ao fim dos capítulos que trataram de cada uma delas. Isso se deveu ao fato de que as conclusões existentes em cada uma das cartilhas dizem muito sobre a contribuição que cada uma delas dá na direção de reforçar o culto à personalidade de Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

Ambas reforçam mais uma vez a inabalável retidão de caráter de Vargas, e também insistem em retrata-lo como um presidente que anseia por estar próximo do povo e extrair diretamente deste o que deve ser feito pelo país. Toda essa proximidade é alcançada pelo fato de Vargas ser um homem simples, sem pose, que aborda aqueles que governa sem a menor cerimônia. Ele é, em suma, o governante ideal, pois reúne em um só homem a competência de um líder nato, o desejo de fazer o Brasil alcançar altos destinos e a disposição para ouvir aqueles a que nunca foi dada a chance de falar.

As obras também listam repetidamente os feitos e as iniciativas de Getúlio como presidente em todas as frentes de atuação. A criança é bombardeada de informações sobre as benesses concedidas aos trabalhadores, sobre o estímulo à economia, sobre o investimento na indústria de base e no exército e, como não poderia deixar de ser, sobre as medidas de proteção à criança. Tudo isso, é claro, aparenta ser única e exclusivamente fruto da benevolência e do empenho do presidente. Convenientemente, forças políticas, acordos, ministros e articuladores não são citados, como se não existissem.

Estão aí colocados os elementos de uma equação muito simples, cujo resultado é incontestável. Se Vargas é a figura acabada do presidente ideal, se trabalhou durante sua vida inteira para governar o país, se é movido por um ardoroso patriotismo, se ampara as crianças e garante seus direitos, se sabe o que é melhor para todos e realiza o que é preciso para fazer com que o Brasil caminhe em direção ao progresso, só há uma coisa a se fazer: apoia-lo incondicionalmente. Não há como prescindir de Vargas.

Ao mesmo tempo, Getúlio precisa das crianças do país – mais especificamente aquelas em que floresce o espírito patriota e trabalhador –, pois só assim o futuro do Brasil estará seguro. Desta forma, o que se vê em ambas as cartilhas é uma tentativa de estabelecer com cada jovem leitor um acordo tácito de confiança e apoio mútuos: o presidente faz de tudo pelo país, o que se reflete em melhorias nas vidas não só das crianças, mas também das famílias

brasileiras; à criança cabe confiar em Vargas, considera-lo um grande amigo, honrar os deveres para com a Pátria – e portanto com ele próprio – e se preciso lutar para que ele continue a poder trazer felicidade ao Brasil.

Penso que o estabelecimento deste acordo é de um apelo irresistível às crianças; é como se o presidente da Nação estivesse falando diretamente a elas e pedindo nada mais do que apoio em troca de todos os benefícios que pode – e vai – trazer aos brasileiros. É esta a essência da contribuição que estas duas obras dão à manutenção e ao fortalecimento do culto à personalidade de Getúlio Vargas: a opinião das crianças é formada, um acordo é firmado, aliados são arrebanhados e qualquer oposição é cooptada.

Os limites do presente trabalho são muitos, uma vez que pretendo circunscrever meu interesse à análise do conteúdo das duas obras dentro do âmbito do problema formulado. Há, então, dimensões e desdobramentos da problemática que trariam importantes contribuições ao entendimento do contexto histórico em que se inserem as obras e ao aprofundamento teórico, mas que não serão abordados devido ao fato de que constituiriam um distanciamento em relação ao objetivo estabelecido, o qual reconheço ser bastante estreito. Podem ser explorados e relacionados ao que aqui está os conceitos de ideologia e de Aparelhos Ideológicos de Estado, os quais certamente serão incluídos numa análise mais aprofundada desta mesma problemática num momento posterior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, Alfredo. **Getúlio Vargas para Crianças**. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Infantis Ltda, 1942.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República – de 1930 a 1960**. V.3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- Departamento de Imprensa e Propaganda. **Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças**. Rio de Janeiro, 1940.
- FARIA, Ricardo. **Construindo a História**. Belo Horizonte, MG: Editora Lê, 1987
- FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREITAG, Barbara. **O Livro Didático em Questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política**. São Paulo: Loyola, 1982.
- GOULART, Silvana. **Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papyrus, 1986.
- NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: Moraes, 1981.
- NOSSO SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- ROSE, R. S. **Uma das Coisas Esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.